



MULHERES NO DIREITO: DESAFIOS DE REPRESENTATIVIDADE E FORMAÇÃO JURÍDICA

Lídia Trisch dos Santos Henriques de Carvalho - UFPEL

Lucas Segal Ferras Vieira – UFPEL

Márcio Aurélio Alves Insaurriaga - UFPEL

A presente pesquisa objetiva fomentar reflexões críticas sobre a desigualdade de gênero e sua relação com a formação acadêmica das futuras juristas. Tais questões são os eixos norteadores desta pesquisa que apresenta referenciais teóricos da quarta e da sétima onda renovatória de acesso à justiça, aquela com enfoque no ensino jurídico e na ética profissional, e esta com enfoque na desigualdade de gênero e raça. A problematização da pesquisa consiste em verificar qual a representatividade das mulheres no exercício da função da Direção da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas. O estudo se justifica uma vez que a falta de representatividade feminina em cargo de extrema relevância institucional para o ensino superior pode influenciar consequências indesejadas na formação acadêmica, por exemplo desestimulando que as discentes escolham determinadas áreas de atuação profissional na área jurídica pela falta de referências de mulheres atuando nesses campos. Evidências recentes de estudos indicam uma disparidade na presença das mulheres em comparação aos homens nos sistemas de justiça. Nesse sentido, busca-se questionar a ausência de representação feminina tanto no âmbito jurídico quanto acadêmico, com o propósito de promover discussões sobre igualdade substancial. O percurso metodológico desta pesquisa empírica parte da observação dos retratos das direções e dos quadros de formaturas pertencentes à Faculdade de Direito da Universidade de Pelotas e também de pesquisa bibliográfica em trabalhos de autoras sobre perspectiva de gênero nos sistemas de justiça.

Palavras-chave: Acesso à justiça – Formação Jurídica - Gênero

Promoção:



Apoio:

